Supremo arquiva ação contra empresário acusado de pirataria

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal arquivou Ação Penal contra o empresário Nelson Kao Wei Chin, acusado de vender produtos piratas na rua 25 de Março, no centro de São Paulo. A decisão se baseou no arquivamento, com trânsito em julgado, de um inquérito policial instaurado para apurar os mesmos fatos apontados na Ação Penal.

O ministro Ricardo Lewandowski retomou o julgamento da questão, que teve início em novembro de 2008. Na época, a relatora, ministra Cármen Lúcia, revelou que foram abertos dois processos contra o empresário: inquérito policial baseado no artigo 184 do Código Penal e ação penal por infringência ao 189 da Lei 9.279/96, que trata de propriedade intelectual.

Segundo a ministra, os dois procedimentos tratavam da venda de mercadorias falsificadas com desenhos, produtos e obras intelectuais das empresas Time Warner Entertainment Company e Hanna Barbera Productions.

De acordo com o relatório lido pela ministra Cármen Lúcia, em novembro, o Ministério Público pediu a declaração da extinção de punibilidade com relação ao inquérito. A vítima não apresentou queixa-crime no prazo legal, o que gerou a decadência. O juiz acolheu o pedido e arquivou o inquérito. Conforme Cármen Lúcia, esta decisão transitou em julgado.

Diante disso, o administrador pediu arquivamento da ação penal instaurada na 2ª Vara Criminal de São Paulo. O réu alegou ofensa à coisa julgada porque a ação penal tratava dos mesmos fatos examinados no inquérito policial arquivado. O pedido foi indeferido na primeira instância, no Tribunal de Justiça de São Paulo e no Superior Tribunal de Justiça.

A relatora acolheu os argumentos do administrador e votou pelo arquivamento definitivo da ação penal. “[A defesa] tem razão ao afirmar que os fatos que foram objeto do inquérito policial arquivado são os mesmos da ação penal instaurados contra o paciente.” De acordo com ela, o reconhecimento da coisa julgada se inspira no princípio da segurança jurídica, que tem importância especial no campo penal e, por isso, somente se admite a revisão criminal em favor do réu.

Para a ministra, “reforça, ainda mais, a conclusão, de um lado, o fato de o pedido ter partido do titular da ação penal pública, eventualmente cabível e, de outro, em razão da superveniência da Lei 11.719/08 que, ao alterar o artigo 397 do Código de Processo Penal, passou a reconhecer a extinção de punibilidade independentemente de sua causa como hipótese de absolvição sumária”. Em sua opinião, o pedido deve ser deferido para arquivar a ação penal em curso na 2ª Vara Criminal de SP.

O ministro Ricardo Lewandowski seguiu o entendimento da relatora, no sentido de que os dois procedimentos tratavam do mesmo fato apurado. Com base no princípio do *ne bis in idem* (ninguém pode ser condenado duas vezes pelo mesmo crime), o ministro votou também pelo arquivamento da Ação Penal.

Já os ministros Marco Aurélio e Menezes Direito discordaram da relatora, lembrando que a decisão que

determinou o arquivamento do inquérito foi tomada quando já estava em curso a ação penal. A decisão de arquivamento não tem o poder de retroagir para alterar uma situação anterior, disseram os ministros.

Com o julgamento empatado – dois votos para cada tese — e com muitos comentários de todos os ministros presentes à sessão, o ministro Menezes Direito chegou a cogitar a possibilidade de se levar o caso para o Plenário, lembrando que o STF ainda não enfrentou essa questão.

O ministro Carlos Britto proferiu, contudo, voto de desempate, e decidiu acompanhar o entendimento da relatora, pelo arquivamento da ação. Afirmando que as duas teses estavam muito bem fundamentadas, Britto decidiu “optar por aquela que favorece o paciente (réu)”.

Assim, por três votos a dois, a 1ª Turma concedeu a ordem e determinou o arquivamento da ação penal contra o empresário. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

Date Created

01/04/2009